2873 Rio de Janeiro, maio de 2023

SUMÁRIO EXECUTIVO

A DINÂMICA DEMOGRÁFICA E A PANDEMIA: COMO ANDARÁ A POPULAÇÃO BRASILEIRA?

Ana Amélia Camarano
Técnica de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc/Ipea).

DOI: http://dx.doi.org/10.38116/td2873-port

As principais tendências da dinâmica demográfica brasileira que irão predominar até a metade deste século já são bastante conhecidas: envelhecimento da população (dos idosos e das pessoas em idade de trabalhar), redução da população total e do grupo em idade de trabalhar. No âmbito da família, proliferam as famílias de filho único, novos arranjos familiares e uma participação maciça das mulheres nas atividades econômicas. Essas tendências têm grande impacto nas demandas por políticas públicas, gerais e setoriais, bem como na oferta de força de trabalho, produtividade etc.

Embora as macrotendências já estejam dadas, a intensidade e o *timing* dos processos são afetados por eventos externos, como a pandemia de covid-19. Isso requer uma atualização constante das projeções populacionais para o ajuste das políticas públicas. Este trabalho apresenta um conjunto de projeções populacionais para a população brasileira desagregada por sexo e grupos quinquenais de idade.

Um dos efeitos da pandemia foi a redução da expectativa de vida (e_0) de 4,5 anos da população masculina e feminina, entre 2019 e 2021, provocado pelo aumento do número de óbitos por covid-19. O diferencial entre homens e mulheres na expectativa de vida ao nascer passou para 7,4 anos, dado o aumento maior da mortalidade masculina pelo vírus. A perda estimada para a população em idade ativa foi de cerca de cinco anos e, para a população idosa, de 4,2 e 3,8 anos (homens e mulheres, respectivamente); aproximadamente um quarto e um quinto do tempo de vida ganho entre 1980 e 2019.

Além do aumento das taxas de mortalidade, a pandemia afetou o padrão de causas de morbidade e mortalidade. O aumento do número de óbitos ocorreu principalmente pelo grande acréscimo das doenças infectocontagiosas; houve um acréscimo de quase nove vezes. O número de óbitos por parto, puerpério e gravidez aumentou 86,6% nesse período. Esse aumento da mortalidade, que ocorreu em todas as idades, resulta numa importância maior desse dado no crescimento populacional do que vinha acontecendo desde os anos 1970.

De acordo com as hipóteses traçadas, a população brasileira poderá alcançar, em 2040, aproximadamente 209 milhões de habitantes. Os resultados apontam que ela deverá crescer até 2030, quando se projeta o seu máximo, com um total de aproximadamente 215 milhões. Isso é resultado da continuidade da redução da taxa de crescimento da população total, que poderá alcançar valores próximos a –0,5% ao ano no final do período da projeção. Os resultados sugerem que o volume populacional permanecerá em queda após 2040 por um período de, no mínimo, trinta anos.

As transformações demográficas em curso e as projetadas, além de afetarem o ritmo de crescimento populacional, afetarão também, significativamente, a distribuição etária. Esse efeito ocorre de forma defasada, atingindo primeiro os grupos etários mais jovens da população e se estendendo aos demais em um momento posterior. O envelhecimento populacional, já evidenciado no Brasil desde os anos 1980, deve se acelerar, e apenas a população com idade superior a 45 anos poderá experimentar taxas positivas de crescimento a partir de 2030, a despeito da pandemia. Esperam-se taxas negativas de crescimento para os demais grupos etários e um superenvelhecimento da população brasileira.

As mudanças descritas estão ocorrendo conjuntamente a outras, tão importantes quanto e inter-relacionadas: o aumento generalizado da escolaridade; a inserção crescente das mulheres no mercado de trabalho; as mudanças nos arranjos familiares, especialmente na nupcialidade; e as mudanças nos contratos tradicionais de gênero. Além disso, ressalta-se a melhoria generalizada no padrão de

vida, a consolidação do sistema de seguridade social e a estabilização da base institucional.

As mudanças aqui descritas são resultado do processo civilizatório, fruto do desejo dos indivíduos, que passaram a ter maior controle de sua vida e de seu destino. Grandes conquistas foram adquiridas na área dos direitos humanos, assegurando o direito à liberdade de escolha e o exercício da orientação sexual, de maneira segura e livre de pressões. Isso possibilitou uma nova configuração familiar, que não é compatível com um aumento da fecundidade em um futuro próximo.

Não se acredita que, se a reversão da tendência de crescimento populacional em direção a uma diminuição do seu tamanho absoluto, em especial da população jovem, não foi suficiente para afastar o medo de uma explosão populacional, não será, no entanto, capaz de resolver seus problemas estruturais. É de senso comum que o crescimento populacional pressiona a demanda por vagas escolares, creches, leitos hospitalares, unidades habitacionais, benefícios previdenciários e impacta negativamente o meio ambiente. Embora correta, essa visão é considerada simplista por não incorporar as oportunidades específicas que diferentes mudanças no comportamento demográfico podem proporcionar para as sociedades.

Por exemplo, a diminuição da população jovem, já em curso no Brasil, não foi suficiente para incentivar maiores investimentos em capital humano e, assim, contribuir positivamente para o crescimento econômico. Reconhece-se o grande aumento na escolaridade média observado para a população brasileira nas duas últimas décadas. Mas, no entanto, ela permanece abaixo de países como China, Rússia, México, Argentina, Coreia do Sul, África do Sul etc. A grande maioria da população jovem brasileira é pobre e foi bastante afetada pela pandemia, tendência esta que será reforçada no futuro próximo, o que demandará maiores investimentos em capital humano, especialmente educação e saúde. Por sua vez, a dinâmica demográfica recente tem colocado novos desafios, como a redução do contingente populacional e, especialmente, das pessoas em idade de trabalhar, e o crescimento da participação de idosos na população e na força de trabalho. Parece improvável pensar numa reversão da tendência de diminuição da população nos próximos quarenta anos.

Uma das consequências é que a curva de oferta de trabalho está se tornando mais inelástica, e os salários e a taxa de desemprego tendem a ficar mais sensíveis aos movimentos de aumento da demanda por trabalho. O aumento da expectativa de vida e da participação feminina poderiam compensar a redução da oferta de força de trabalho e o seu envelhecimento, mas, desde 2018, as taxas de participação feminina têm decrescido, situação que se acentuou na pandemia. A manutenção do trabalhador na atividade econômica por um maior número de anos requer políticas de inclusão digital, capacitação continuada, saúde ocupacional, adaptações no local de trabalho, como cargos e horários flexíveis, redução de preconceitos com relação ao trabalho do idoso, melhoria no transporte público, entre outras.

Acredita-se que demografia não é destino. Pelo contrário, acredita-se que a população deva ser o objetivo último de qualquer política pública. Portanto, o futuro da sociedade brasileira não será determinado apenas pela antecipação das mudanças no tamanho e na distribuição etária de sua população. Escolhas e decisões políticas deverão ser feitas considerando essas mudanças. Os desafios de se ter uma sociedade envelhecida vão além de atender às necessidades da população idosa; requerem, também, assegurar a produtividade dos trabalhadores, independentemente de sua idade. Para isso, as políticas de educação e saúde são fundamentais, incluídas a saúde ocupacional e a previdência social, além de incentivos à pesquisa e ao desenvolvimento de novas tecnologias que possam assegurar a melhoria nas condições de vida das pessoas em geral.

Ao longo da história, pode-se observar que as mudanças demográficas sempre criaram desafios importantes para as sociedades, mas sempre foram feitas opções políticas para se adaptar a elas.